

**ATA DA 4ª REUNIÃO DO PROCESSO DE REABERTURA DO SISTEMA DE  
NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – SINP**

**São Paulo-SP, 22 de abril de 2013.**

1 Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, no  
2 auditório do décimo oitavo andar do Edifício Martinelli, localizado na Rua Líbero Badaró, nº 504,  
3 foi realizada a 4ª Reunião do Processo de Reabertura do Sistema de Negociação Permanente,  
4 presidida pelo Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão,  
5 **CHRISTY GANZERT PATO. Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da**  
6 **administração:** EDUARDO IGNÁCIO DE FARIA (Secretaria do Governo Municipal); ROSELEI  
7 JULIO DUARTE (Secretaria Municipal de Educação); EURÍPEDES BALSANUFO CARVALHO  
8 (Secretaria Municipal da Saúde). **Representantes das entidades sindicais:** ANTONIO CARLOS  
9 DA CRUZ JÚNIOR, representando o Sindicato dos Médicos de São Paulo – SIMESP; CARLOS  
10 ALBERTO SANTANA, representando o Sindicato dos Motoristas e Servidores do Estado de São  
11 Paulo – SIMOSERV; CARLOS AUGUSTO SOUSA SILVA, representando o Sindicato dos  
12 Guardas Cíveis Metropolitanos de São Paulo – SINDGUARDAS-SP; CÁSSIO VIEIRA DOS  
13 SANTOS, representando o Sindicato dos Auditores Fiscais Tributários do Município de São Paulo  
14 – SINDAF-SP; CLAUDETE ALVES, representando o Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades  
15 de Educação Infantil da Rede Direta e Autárquica do Município de São Paulo – SEDIN; CLAUDIO  
16 FONSECA, representando o Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São  
17 Paulo – SINPEEM; FELICIANO ALMEIDA DINIZ, representando a Associação dos Servidores  
18 Municipais de São Paulo – ASMUSP; HONORINO ALVES DA CRUZ, representando a  
19 Associação dos Contadores Municipais de São Paulo – ACMSP; IRENE BATISTA DE PAULA,  
20 representando o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município  
21 de São Paulo – SINDSEP; MANOEL VERÍSSIMO, representando a Federação das Associações  
22 Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo – FASP;  
23 MARGARIDA PRADO GENOFRE, representando o Sindicato dos Professores e Funcionários  
24 Municipais de São Paulo – APROFEM; MARIA BENEDITA ANDRADE, representando o  
25 Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo – SINESP;  
26 MARIA ROSÁLIA TAPAJÓS, representando a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e  
27 Agrônimos Municipais – SEAM; MARIO FORTUNATO, representando o Sindicato dos Agentes  
28 Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo – SAVIM; ROGÉRIO GIANINI,  
29 representando o Sindicato dos Psicólogos – SINPSI. **Demais participantes:** ARNALDO MAZZEI  
30 NOGUEIRA, OLDIMAR DOS SANTOS, MARIA APARECIDA DE SOUZA, JOÃO GOMES,  
31 VLAMIR LIMA, SERGIO RICARDO ANTIQUEIRA, LEANDRO JUSTINO DE OLIVEIRA,  
32 DEODATO RODRIGUES ALVES, ANDRÉ LUÍS MONTEIRO, JOÃO ALBERTO RODRIGUES  
33 DE SOUZA, ANDRÉA AYDAR GENEROSO, KATIA REGINA BATISTA, JOELIA AGUIAR,  
34 SIGRID BARBOSA DE LIMA, FELIPE MANFIZINATO, ENÉAS JOSÉ ARRUDA CAMPOS,  
35 MARIA LUCIA SILVA, ADELSON CAVALCANTI DE QUEIROZ, JOSÉ TEIXEIRA DOS  
36 SANTOS, ISABELA MENON. Iniciada a sessão, passou-se ao Expediente – Apreciação das Atas  
37 da 1ª e da 2ª Reunião do Processo de Reabertura do Sistema de Negociação Permanente: as atas  
38 foram aprovadas com algumas ressalvas quanto aos nomes dos representantes das entidades  
39 sindicais que compuseram as mesas e quanto à correta grafia do nome de alguns sindicatos. Passou-  
40 se aos informes: i) o representante da SMS, senhor Eurípedes Balsanufu Carvalho, leu um  
41 documento com esclarecimentos relativos às fontes de recursos da saúde, remunerações, planos de  
42 carreira, decretos, entre outros. O documento será encaminhado via e-mail aos representantes das  
43 entidades sindicais pelo presidente da reunião; ii) o representante do SINDGUARDAS-SP, senhor



44 Carlos Augusto Souza Silva, informou que a Operação Delegada gasta R\$ 117 milhões por ano para  
45 manter 3.850 policiais, enquanto a Guarda Civil Metropolitana (GCM) gasta R\$ 150 milhões por  
46 ano para manter 6.700 guardas. Questionou a fonte de recursos da Operação Delegada. O presidente  
47 providenciará os dados solicitados para a próxima reunião e completou dizendo que já foi aprovado  
48 um concurso público para a contratação de 2.000 guardas para a GCM; iii) a representante da  
49 APROFEM, senhora Margarida Prado Genofre, fez o informe do fórum das entidades sindicais.  
50 Disse que houve sistematização de propostas, mas que ainda há entraves. Argumentou que as  
51 entidades conseguiram fechar alguns consensos, mas que, por ora, não há condições de assinar o  
52 convênio. Assinalou que as entidades são pautadas por um processo democrático e que a próxima  
53 reunião marcada para discutir o convênio será dia vinte e nove de abril de dois mil e treze. O  
54 representante do SINDGUARDAS-SP, senhor Carlos Augusto Souza Silva, apenas reforçou que há  
55 consenso entre as entidades quanto à assinatura do convênio. O observador Arnaldo Nogueira  
56 pontuou que o governo federal assinou uma convenção que regulamenta a negociação coletiva com  
57 os servidores públicos, e que São Paulo pode servir de exemplo para outros municípios. Encerrado  
58 o expediente, passou-se à Ordem do Dia. Os presentes aprovaram por unanimidade pauta única,  
59 focada na negociação da data-base. O presidente afirmou que é difícil lidar com um orçamento que  
60 não foi a administração atual que aprovou. Mesmo com o corte de custos realizado nas Secretarias e  
61 a revisão de contratos, disse que é necessário eleger prioridades nos reajustes que serão concedidos  
62 aos servidores. Argumentou que a prioridade para este ano será, então, as carreiras que mais tiveram  
63 perdas nos últimos anos. Em seguida, apresentou a proposta de elevar o piso salarial municipal dos  
64 Planos de Cargos, Carreiras e Servidores (PCCS's) dos servidores de nível básico, dos atuais R\$  
65 440,39 para R\$ 900,00, e dos PCCS's dos servidores de nível médio, dos atuais R\$ 645,78 para R\$  
66 1.100,00. Lembrou que o piso é composto pelo vencimento padrão acrescido das gratificações.  
67 Abriu-se o debate. O representante do SIMPEEM, senhor Cláudio Fonseca, questionou se o  
68 vencimento padrão não seria alterado. O presidente esclareceu que o piso seria elevado através do  
69 aumento da complementação e não do aumento do vencimento padrão. A representante do SEDIN,  
70 senhora Claudete Alves, indagou se os quinquênios e sexta parte, por exemplo, sofreriam alteração  
71 com a mudança do piso. Indagou, ainda, sobre a situação dos Agentes de Apoio. O presidente  
72 respondeu dizendo que a proposta não afeta quinquênio e sexta parte e que a equiparação dos  
73 Agentes de Apoio se dará por meio de abono suplementar. Reforçou que apenas os Agentes de  
74 Apoio da Educação serão equiparados e que, além dos benefícios da equiparação, receberão  
75 também os 10,19% de reajuste já acordados com os profissionais da educação. A representante da  
76 APROFEM, senhora Margarida Prado Genofre, assinalou que entende que houve melhora na  
77 proposta do governo, mas criticou a permanência da política de reajustes salariais por meio de  
78 bônus, gratificações, etc., a qual as entidades vêm lutando contra há anos. Completou dizendo que  
79 tal política gera desestímulo de crescimento na carreira e questionou sobre a situação dos  
80 aposentados e sobre prazo para incorporação das complementações nos salários. O presidente  
81 argumentou que a proposta de elevação do piso também se estende aos servidores inativos, aos que  
82 estão lotados nas autarquias e aos pensionistas. Pontuou, ainda, que não há prazo para incorporação.  
83 O representante do SINPEEM, senhor Cláudio Fonseca, disse que o impacto da proposta do  
84 governo seria muito pequeno. Afirmou que apenas cinquenta e cinco servidores do nível básico e  
85 que entre 500 e 600 servidores do nível médio seriam beneficiados. Disse, ainda, que os servidores  
86 do nível básico teriam um aumento de R\$ 151,00 em suas bonificações, mas que os servidores do  
87 nível médio teriam um aumento de apenas R\$ 2,25. Completou assinalando que as entidades são  
88 permanentemente contra as políticas de gratificação. O presidente argumentou que o número  
89 apresentado pelo representante Cláudio Fonseca não era correto. Explicou que serão beneficiados  
90 aproximadamente oito mil servidores de PCCS de nível básico e mil servidores de PCCS de nível  
91 médio. A representante do SINDSEP, senhora Irene Batista de Paula, afirmou que o número de





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

**PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

92 beneficiados com a proposta é muito pequeno diante do total de servidores da prefeitura e indagou  
93 quanto aos demais servidores que não seriam contemplados com a proposta como, por exemplo,  
94 aqueles que chegaram ao fim da carreira. O presidente reforçou que essa proposta é apenas para  
95 agora, e que propostas para outras carreiras só poderão ser feitas com o orçamento elaborado por  
96 esta mesma administração. Explicou que, hoje, mais de cinco mil e seiscentos servidores têm de  
97 receber complementação para alcançar o salário mínimo nacional, de R\$ 678,00. A representante do  
98 SEDIN, senhora Claudete Alves, afirmou que não é possível ter acordo com o governo na questão  
99 dos Agentes de Apoio porque o aumento no salário não se incide sobre o vencimento padrão.  
100 Reforçou que a proposta do governo não resolve o problema, que já se arrasta por anos, e que  
101 equiparação é diferente de complementação. O presidente comentou que a proposta não é de  
102 alteração apenas no início da carreira, mas que em cada degrau da carreira haverá complementação.  
103 Argumentou que a proposta foi desenvolvida da maneira como foi apresentada, a partir de  
104 orientações da Procuradoria Geral do Município, com participação do Secretário Municipal de  
105 Educação, Cesar Callegari, e da Controladoria Geral do Município, para evitar questionamentos  
106 judiciais posteriores a respeito da equiparação, que vêm ocorrendo em vários outros municípios.  
107 Encaminhou que vai levar novamente o debate para os Secretários e trará uma alternativa na  
108 próxima reunião. A representante da Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da  
109 Área da Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo, senhora Maria Lucia Silva, indagou  
110 sobre a maioria dos auxiliares de enfermagem, que já recebem acima de R\$ 1.100,00, mas que  
111 acumulam perdas desde o ano de dois mil e três. O representante do SEAM, senhor João D'Amaro,  
112 questionou sobre os cinco pontos de pauta trazidos pelas entidades na reunião passada. Pontuou,  
113 ainda, que os representantes não têm o que comemorar e que não há como assinar o convênio com o  
114 governo, dado o início de negociações desestimulante. O presidente argumentou que o governo,  
115 neste início de negociações, não pretende se ater às propostas já apresentadas, e que, por ora, a  
116 única solução possível é priorizar a base da pirâmide. Afirmou, ainda, que, em maio, o governo  
117 debaterá as carreiras nas mesas temáticas. A representante do SINESP, senhora Maria Benedita  
118 Andrade, indagou se o reajuste dos servidores ficará restrito, então, aos 0,01%, e disse que deveria  
119 haver no mínimo a reposição da inflação. Completou pedindo que o governo atente para situações  
120 que estão sem solução. O presidente encaminhou, então, a proposta de uma nova reunião entre o  
121 governo e os representantes das entidades, para a discussão de uma proposta de reajuste linear, a ser  
122 realizada na próxima quinta-feira, vinte e cinco de abril de dois mil e treze, às quatorze horas, no  
123 auditório do Edifício Martinelli. A proposta foi aprovada sem ressalvas. Em seguida, o  
124 representante do SINPEEM, senhor Cláudio Fonseca, indagou sobre a proposta de reposição das  
125 perdas, que havia sido debatida na última reunião. Reiterou as reivindicações das entidades  
126 sindicais de recomposição das perdas e de revisão geral anual. Lembrou, ainda, que consta na pauta  
127 o tema da terceirização. O representante da ASSEF, senhor Felipe Manfrinato, afirmou que o piso,  
128 da forma como é hoje, é uma manobra para que não se reconheça que o piso real é de R\$ 440,00, e  
129 que as propostas do governo devem excluir ao menos algumas vantagens de ordem pessoal do  
130 cálculo do piso. O presidente solicitou à representante do Departamento de Recursos Humanos da  
131 SEMPLA, senhora Zilda Aparecida Petrucci, que tecesse algumas considerações acerca do piso. A  
132 senhora Zilda afirmou que no cálculo do piso realmente se mantêm as vantagens, mas que há  
133 mudanças no cálculo do teto, em que as vantagens não são contabilizadas. O representante do  
134 SAVIM, senhor Mário Fortunato, pontuou que o aumento dos servidores deve ser linear e que as  
135 reestruturações de carreira devem ser feitas nas mesas setoriais. O representante do SIMESP, senhor  
136 Antonio Carlos da Cruz Júnior, afirmou que as entidades estão diante de uma situação inegociável.  
137 Apontou que na Saúde há falta de quase 50% de funcionários, entre médicos, auxiliares, etc.  
138 Assinalou que, diante da demora na realização de concursos públicos e na reestruturação das  
139 carreiras, é necessário que se tenha aumento salarial urgente. A representante da APROFEM,



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

**PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E GESTÃO**

140 senhora Margarida Prado Genofre, disse que a proposta do governo foi um pequeno avanço, mas  
141 que, no fim, foi um retrocesso porque foram excluídos do debate todos os outros itens de  
142 reivindicação das entidades sindicais. Completou solicitando propostas mais completas e arrojadas  
143 por parte da administração. O representante da ACMSP, senhor Honorino Alves da Cruz, indagou  
144 sobre o reajuste para os servidores que estão em carreira de ensino superior. A representante do  
145 SEDIN, senhora Claudete Alves, afirmou que não concorda com a posição defendida pela senhora  
146 Margarida Prado Genofre, de que a proposta apresentada pelo governo tenha sido um retrocesso,  
147 mas reconhece que a negociação encontra-se numa situação delicada. Solicitou, ainda, que sejam  
148 trazidos, pelo governo, dados sobre a quantidade de servidores da Prefeitura Municipal de São  
149 Paulo (ativos, da administração direta e indireta, terceirizados, etc.). O representante do SINDAF-  
150 SP, senhor Cássio Vieira dos Santos, assinalou que é necessário que haja pelo menos a reposição da  
151 inflação do ano de dois mil e treze, para acabar com o injusto 0,01%. Salientou que é lamentável a  
152 situação dos servidores aposentados sem paridade. O representante do SEAM, senhor Enéas José  
153 Arruda Campos, solicitou que o governo traga ao menos uma proposta de reposição das perdas dos  
154 últimos dez anos, mesmo que tal reposição seja parcelada em três ou quatro vezes. O representante  
155 do SINPEEM, senhor Cláudio Fonseca observou que na Saúde já foram realizadas três reuniões da  
156 mesa setorial e cobrou as reuniões das mesas setoriais da Educação. O representante da SME,  
157 senhor Roselei Julio Duarte, afirmou que todas as segundas-feiras os diretores da Educação estão se  
158 reunindo para debater o calendário e a pauta das reuniões que serão realizadas com as entidades  
159 sindicais. Informou que levará ao Secretário Municipal de Educação, senhor Cesar Callegari, a  
160 demanda em relação à mesa setorial, para que se definam as datas de reuniões o quanto antes. O  
161 representante da SMS, senhor Eurípedes Balsanufu Carvalho, informou que haverá, na próxima  
162 quinta-feira, dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, reunião da mesa nacional do Sistema  
163 Único de Saúde, a ser realizada no município de Santo André. O presidente assinalou que foi  
164 discutida, com os Secretários e o Prefeito, a necessidade de se estudar carreira por carreira, com  
165 vistas à confecção de propostas de reajustes salariais. Esclareceu, ainda, que em nenhum momento  
166 foi dito, por parte do governo, que a política de reajuste de 0,01% vigorará nos próximos quatro  
167 anos. Encaminhou que levará todas as observações e demandas feitas pelas entidades sindicais aos  
168 Secretários e ao Prefeito. Sendo dezessete horas e não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a  
169 reunião, da qual eu, Marcel Moraes Felices, Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria  
170 Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão da Prefeitura de São Paulo, lavrei a presente Ata  
171 que, aprovada, será devidamente assinada por mim e pelos presentes à reunião de aprovação.